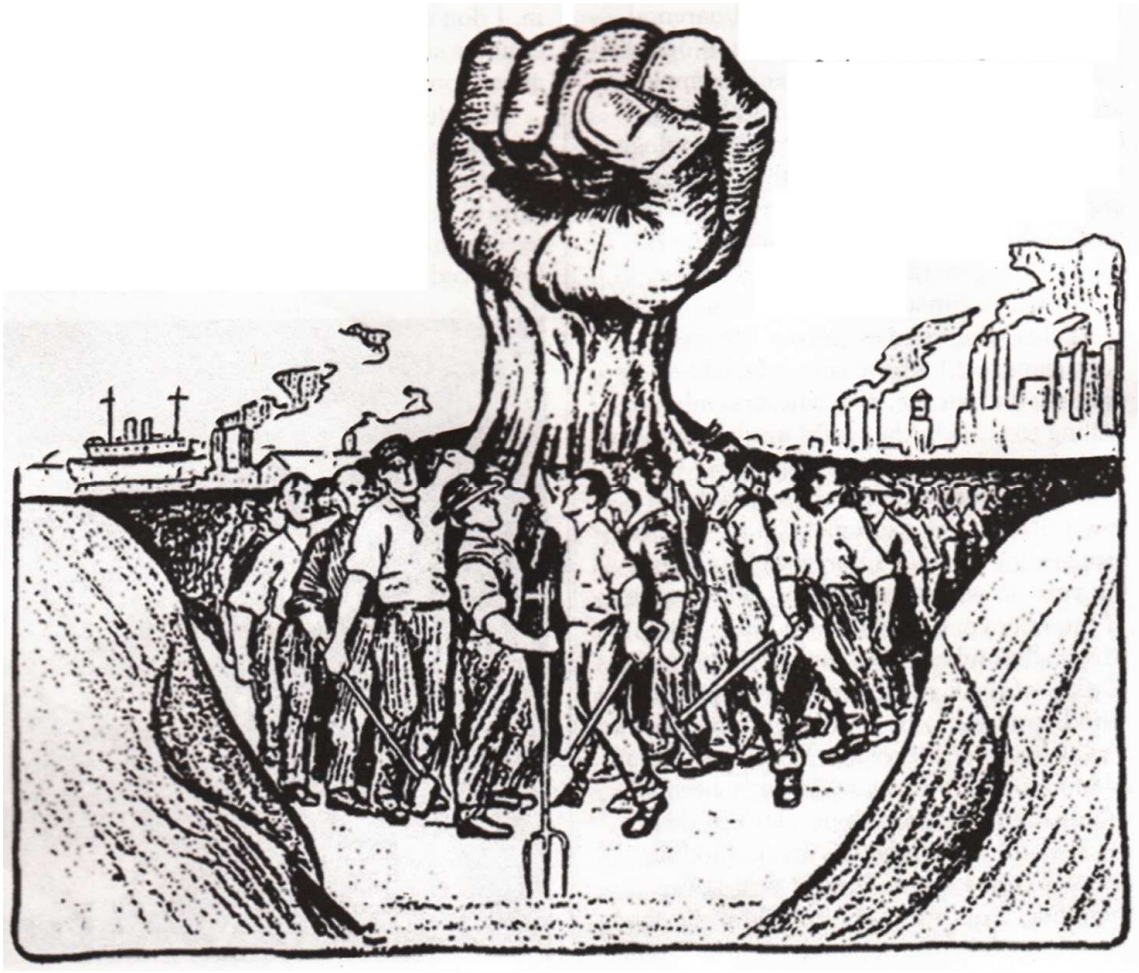
Revista Espaço Acadêmico - Ano III - Nº 26 - Julho de 2003 - Mensal - ISSN 1519.6186

Sindicalismo

CELUY ROBERTA HUNDZINSKI*



* **CELUY ROBERTA HUNDZINSKI** é doutoranda em Filosofia (Universidade Paris X - Nanterre).

A França, muito mais do que outros países industrializados, conhece mais movimentos sociais decorrentes de contestações das reformas. Isso acontece por causa das origens do sindicalismo, bem como de suas particularidades e de suas evoluções. Comprovando a indiferença, desinteresse e ausência de engajamento dos assalariados, o país é visto como "sub-sindicalizado" e, até mesmo, "a-sindicalizado", tendo um dos mais fracos sindicalismos do mundo com uma taxa de sindicalização, com relação à população ativa assalariada, de apenas 8% em 2002.

Há sete especificidades ligadas à história e à organização do movimento sindical que contribuíram consideravelmente para a atual situação:

- A recusa do mutualismo – o movimento operário foi construído na clandestinidade e nas lutas sociais, tendo a característica de revolucionário por influência do socialismo e do anarquismo. Pela lei Waldeck-Rousseau de 21 de março de 1884, a República outorgou aos sindicatos o direito de constituir-se livremente sem autorização do governo. Sendo, então, enquadrados em um sistema de serviços, são convidados a desenvolver bibliotecas, agências de empregos e cooperativas. No final do século XIX, o sindicalismo passou a preferir a luta das classes adotando o capitalismo como inimigo comum à classe operária (Marx); não sem razão, pois em 1893 a implantação de sindicatos é definida como uma "mancha vermelha". Entretanto, a recusa ao sindicalismo de serviços explica a desafeição original dos assalariados.
- **Opção revolucionária** – A CGT[1], criada em 1895, é revolucionária, anticapitalista, antimilitarista, anticlerical e prega a ação direta para o desaparecimento do proletariado e do patrão. Nasce, em 1919, a CFTC*, com base na encíclica papal *Rerum Novarum*, hostil à luta de classes e com o objetivo de remodelar a sociedade pela aplicação dos princípios de justiça e de caridade cristã. Visando uma revolução, sem nunca chegar a ela, a CGT adota por arma a greve geral preconizada pelos anarcossindicalistas, lutando pela suspensão universal da força produtiva em todas as profissões.
- **Divisões políticas** – A Carta de Amiens, texto fundador da independência do sindicalismo, adotada pela CGT em 1906, proibia a cada sindicato a introdução de ideias professadas exteriormente e definia um sindicato autossuficiente para mudar a sociedade. Porém, cada sindicato foi fundado com base em uma recusa política, sendo modelado, desta forma, por divisões políticas que enfraquecem a apreciação sindical.
- **A "greve cultura" antes da negociação** – O sindicalismo tem necessidade da cultura da greve, profundamente enraizada, para tentar impor uma relação de negociação entre proletário e patrão. Obtendo vitória, ao contrário de vários países europeus, o benefício é para

todos e não somente para membros de determinados sindicatos, apesar disso, muitos consideram os parcos resultados positivos e o constante desprezo de patrões para com empregados.

- **Queda do domínio do setor público** – Com o passar do tempo, o setor privado ganhou terreno nos sindicatos diminuindo a atuação do setor público, desencadeando, assim, a redução da defesa operária.
- **Representatividade** – Existem cinco confederações representativas que não têm necessidade de grande número de adesão para serem representadas (CGT, FO, CFDT, CFTC, CGC)[2], sendo legitimadas como interlocutores privilegiados do governo e dos patrões. Isso aumenta o enfraquecimento dos sindicatos menos favorecidos.
- **Reticências às reformas** – Com o aumento da classe de homens de negócios e, consequentemente, com a redução das categorias operárias, acompanhadas de uma diversificação e mesmo de uma individualização das aspirações dos assalariados, fez com que o sindicalismo fortificasse ainda mais sua ideia antirreformista, preferindo a revolução e a reivindicação uniforme para todos os assalariados, em todas as empresas e setores de atividades; quer se trate de salários, emprego, formação, aposentadoria, direito sindical, duração ou condição de trabalho.

Sem desertar suas funções tradicionais de reivindicação e protesto, o sindicalismo francês, que sempre recusou incluir cláusulas de "paz social" nos acordos sociais, tem se aventurado por novos caminhos, procurando valer-se da negociação e inaugurando um sindicalismo reformista. Tem adotado, desta maneira, diante de patrões e governo, a postura de "sindicalismo de propostas". Continua, no entanto, hesitante perante seu contínuo enfraquecimento pelas constantes divisões.

---

[1] *CGT - Confédération Générale du Travail*- Confederação Geral dos Trabalhadores.

[2] *FO - Force Ouvrière* - Força Operária *CFDT; Confédération Française Démocratique du Ttravail* - Confederação Francesa Democrática do Trabalho; *CFTC - Confédération Française des Ttravailleurs Chrétiens* - Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos; *CGC - Confédération Générale des Cadres* - Confederação Geral dos Diretores.